ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 40 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I40.16297

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 40 (2023) | e-issn: 1679-768x

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL EM PERSPECTIVA TRANSESCALAR: A PARTICULARIDADE NACIONAL NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA GLOBAL

Deindustrialization in Brazil in multiple scales: the national particularity in the global productive restructuring

Desindustrialización en Brasil en una perspectiva transescalar: la particularidad nacional en la reestructuración productiva global

LEÔNIDAS DE SANTANA MARQUES

Universidade Federal de Alagoas

Resumo: A questão da desindustrialização não é um debate simples, principalmente quando consideramos a ampla gama de autores que tem debatido o tema nas últimas décadas em diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais. Nossa contribuição para esse debate vai no sentido de compreender o processo considerando a necessidade de relacionarmos o problema concreto com dinâmicas que vão para além de uma ou outra escala espacial específica. Assim, o objetivo do texto é analisar o processo recente de desenvolvimento da indústria brasileira, considerando o debate sobre desindustrialização e reprimarização de nossa economia em perspectiva transescalar. Com isso, defendemos a necessidade de considerar a reestruturação produtiva do desenvolvimento capitalista tendo como suporte uma leitura que leve em conta o Brasil enquanto particularidade do capitalismo global.

Palavras-chave: desindustrialização dependente; reestruturação produtiva; transescalaridade.

Abstract: The issue of deindustrialization is not a simple debate, especially when we consider the wide range of authors who have debated the topic in recent decades in different areas of the Humanities and Social Sciences. This article contributes towards understanding the process considering the need to relate the concrete problem to dynamics which are beyond one or another specific spatial scale. Thus, the objective of the text is to analyze the recent process of development of Brazilian industry, considering the debate on deindustrialization and reprimarization of our economy from multiple scales. In this regard, we defend the need to consider the production restructuring of capitalist development based on a reading that regards Brazil as a particularity of global capitalism.

Keywords: dependent deindustrialization; production restructuring; multiple scales.

Resumen: La cuestión de la desindustrialización no es un debate simple, especialmente cuando consideramos la amplia cantidad de autores que han debatido el tema en las últimas décadas en diferentes áreas de las Humanidades y las Ciencias Sociales. Nuestra contribución a este debate está dirigida a comprender el proceso considerando la necesidad de relacionar el problema concreto con dinámicas que van más allá de una u otra escala espacial específica. Así, el objetivo del texto es analizar el reciente proceso de desarrollo de la industria brasileña, considerando el debate sobre la desindustrialización y reprimarización de nuestra economía en una perspectiva transescalar. Con eso, defendemos la necesidad de tener en cuenta la reestructuración productiva del desarrollo capitalista a partir de una lectura que considere la realidad brasileña como una particularidad del capitalismo global.

Palabras-clave: desindustrialización dependente; reestructuración productiva; transescalaridad.

INTRODUÇÃO[1]

A pandemia de Covid-19, que tem atravessado o mundo no início da terceira década do século XXI, tem desdobramentos que vão para além da saúde pública. Por conta da necessidade de distanciamento social para evitar a propagação do vírus SARS-CoV-2, vários aspectos importantes de nosso cotidiano de sociabilidade humana foram suspensos total ou parcialmente, tais como educação presencial e atividades de lazer. Um dos principais desdobramentos que são mencionados nesse contexto é o fechamento de empresas, muitas delas ligadas ao setor de serviços. Por conta de questões como essa, acusa-se que a economia do país estaria quebrando e que o tratamento estaria sendo mais danoso que a própria doença.

Nosso texto vai em outro sentido. Acreditamos que, realmente, a economia brasileira passa por alguns problemas, mas esses devem ser considerados a partir de uma leitura mais ampla dos processos sociais e não necessariamente presa à conjuntura imediata. Discutimos aqui um processo que, em nosso ver, pode ser compreendido como algo que vem ocorrendo já há algumas décadas no Brasil, embora cada vez mais se torne evidente nas notícias veiculadas pela mídia quando se trata do fechamento de unidades fabris no país (Lemos, 2020; Mercedes-Benz, 2020; Ford, 2021; Salasar, 2021; Souza, 2022). O foco desta pesquisa é o processo de desindustrialização da economia brasileira.

Nosso objetivo é analisar a dinâmica recente de desenvolvimento da indústria brasileira, considerando o debate sobre desindustrialização e reprimarização de nossa economia em perspectiva transescalar. Com isso, gostaríamos de defender a necessidade de considerar o processo de reestruturação produtiva do desenvolvimento capitalista tendo como suporte uma leitura que leva em conta o Brasil enquanto particularidade do capitalismo global. Nesse sentido, o que acreditamos é que não é possível analisar a reprimarização da pauta de exportações e a desindustrialização apenas considerando processos que se dão na escala nacional. Tampouco avaliamos que seja possível lidar com o debate achando que não existam particularidades no Brasil para um processo que se realiza em escala internacional, como no caso da formação de cadeias globais de valor.

Nosso texto está organizado em três partes, além da introdução e das considerações finais. No primeiro momento, tratamos de realizar uma sumarização do debate sobre desindustrialização, considerando alguns termos que têm se tornado basilares para a questão, bem como aportes críticos que enxerguem o processo para além de uma visão apologética da questão, tanto por parte daqueles que defendem a superproteção do capital industrial, quanto em relação àqueles que defendem a intensificação das rodadas de liberalização econômica e retirada de direitos trabalhistas. Na segunda parte, trouxemos à luz a peculiaridade do desenvolvimento capitalista no Brasil, com uma ênfase particular para a industrialização. Avaliamos o caráter multifacetado do nosso processo de desindustrialização, trazendo argumentos sobre a condição de dependência do nosso

1 O autor agradece às professoras Sandra Lencioni, da Universidade de São Paulo, e Regina Helena Tunes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela leitura atenta e pelas sugestões de aperfeiçoamento em versões anteriores deste texto.

desenvolvimento e como isso nos ajuda a entender processos como a especialização industrial e a perda de participação da indústria nacional sob diferentes perspectivas. Por fim, trouxemos uma terceira parte com debates que tentam analisar a particularidade brasileira frente ao desenvolvimento das relações capitalistas como uma totalidade. Para tanto, tratamos de debates atinentes à leitura crítica da conjuntura hodierna, tais como imperialismo, neoliberalismo e cadeias globais de valor. Trouxemos ainda alguns dados sobre a desindustrialização brasileira quando consideramos a reprimarização da pauta exportadora nacional e a composição da nossa balança comercial.

Desindustrialização: o conceito e para além dele

Os debates em torno da questão da desindustrialização brasileira aparecem em diferentes meios, sejam eles ligados à mídia, ao ambiente acadêmico ou mesmo às políticas públicas. A questão da desindustrialização sempre reacende com força no país, principalmente em contextos como o que mencionamos anteriormente, quando ocorre o fechamento de importantes unidades fabris que leva ao desemprego de milhares de pessoas. Ainda assim, alguma cautela deve ser tomada para que qualquer análise realizada não seja subsumida por diferentes posições apologéticas, a exemplo das que defendem novas rodadas de liberalização da economia, com a agudização da redução dos direitos trabalhistas, ou mesmo as que enxergam a necessidade de proteção indiscriminada de nosso parque industrial sem as devidas contrapartidas e balanceamentos. Seguindo os propósitos de nosso texto, faremos nessa parte um esforço de delimitação teórico-conceitual sobre como compreendemos o debate sobre a desindustrialização. Isso será fundamental para elucidarmos a particularidade da desindustrialização no Brasil, que apresenta peculiaridades que se manifestam de modo transescalar.

A mais simples definição de desindustrialização é aquela que compreende a negação do processo de industrialização. Nessa acepção, os dados levantados, sejam eles relativos a emprego, a valor agregado, a participação no PIB, dentre outros, apontariam para uma redução relativa na importância da indústria em determinada economia nacional ou parcela de seu território. Além desse primeiro entendimento, outro pode ser adicionado: a existência prévia do processo de industrialização. Nesse sentido, não seria possível falar em desindustrialização em porções do espaço onde nunca ocorreu um processo de industrialização ou onde os indicadores considerados no estudo não apontem resultados de diminuição relativa da presença da indústria. Se nós considerarmos essas duas linhas de argumentação, temos um entendimento genérico e, talvez por isso mesmo, problemático. Mesmo que esses dois pilares sejam um possível ponto de partida, eles são insuficientes. Acreditamos que não é cabível, em se tratando de Ciências Humanas e Sociais, partir do pressuposto de que processos como o da desindustrialização ocorreriam a despeito de determinantes espaçotemporais. Dito de outro modo, toda análise sobre o desenvolvimento da indústria deve ser feita considerando *onde* e *quando* os processos ocorrem, e, nesse âmago, as suas diferentes escalas de realização.

Como argumentaremos nos próximos itens desse texto, não é apropriado entendermos a desindustrialização no Brasil quando não se leva em consideração a particularidade do desenvolvimento da indústria em nosso país, bem como o lugar ocupado pelo Brasil no cenário atual de formação de cadeias globais de valor. Esses argumentos de partida já nos dão um plano de fundo do quão complexo é o debate. Em um primeiro momento, vejamos essa conceituação de Sampaio (2019, p. 109), quando afirma que a desindustrialização é, portanto,

> um *fenômeno relativo*, que indica uma mudança na estrutura do PIB e na dinâmica econômica de determinado país. Ela tem distintos impactos sobre o desenvolvimento *no tempo* e *no espaço*, e é subproduto do processo de financeirização da riqueza capitalista, por meio de suas políticas de corte neoliberal, e avanços na internacionalização dos processos produtivos (grifos nossos).

Nesse fragmento, o autor nos traz uma base fundamental para o debate: o caráter relativo do processo. Ainda mais quando temos em conta o seu respectivo desenvolvimento no tempo e no espaço. Isso significa dizer, por exemplo, que não é gratuito que nas últimas décadas tem aumentado de modo substancial o debate sobre a desindustrialização, em um contexto de acirramento da crise estrutural do desenvolvimento das relações capitalistas quando, como falsa solução, busca-se a financeirização do capital e a neoliberalização do Estado como saídas para sanar a queda tendencial global da margem de lucros do capital.

Retomando, devemos ter em conta, em primeiro lugar, que não há um consenso sobre a própria existência desse processo em realidades como a brasileira. Como já foi apontado por Espósito (2017b) e Colombo *et al.* (2020a), existe uma plêiade de posições sobre o tema, embora seja possível perceber que progressivamente tem se consolidado no debate acadêmico, em especial nas Ciências Econômicas, a noção de que o que o país tem passado é um processo de desindustrialização, tendo como referência uma série bastante extensa de indicadores estatísticos. Alguns autores que, no final da primeira década desse século e início da seguinte, questionavam a existência do processo mudaram explicitamente de posição[2] ou simplesmente deixaram de se debruçar sobre o tema nos últimos dez anos[3]. Dentre aqueles que defendem a existência do processo de desindustrialização no Brasil, as posições são distintas e, por vezes, divergentes. Partindo de posições mais extremadas, temos posturas que vão das mais afeitas à intensificação da liberalização da economia brasileira, que chegam a ver com bons olhos a diminuição relativa da indústria nacional, até posturas mais próximas à centralidade da intervenção do Estado no desenvolvimento econômico. Tendo em conta toda essa ampla gama de posições no debate sobre desindustrialização, nossa contribuição vai mais no sentido de nos colocarmos diante da discussão a partir de observações caras à leitura materialista do desenvolvimento do capitalismo no âmbito da Geografia Econômica.

---

2 Um dos principais autores nesse sentido é André Nassif, que migrou de uma posição mais reticente (Nassif, 2008) para uma mais concordante com aqueles que entendem que existe um processo de desindustrialização em andamento no Brasil (cf. Bresser-Pereira *et al.*, 2016).

3 A título de exemplo, podemos citar Regis Bonelli, Samuel Pessôa e Silvia Matos (Bonelli; Pessôa, 2010; Bonelli *et al.*, 2013).

Quando levamos em consideração a especificidade do que tem sido escrito recentemente sobre esse processo na Geografia (Padua, 2010; Lamoso, 2013, 2020; Lencioni, 2015; Pereira Júnior, 2019; Silva, 2019; Gomes, 2020; Tunes, 2020), também podemos perceber que não existe propriamente um consenso no debate, embora, no levantamento que realizamos para esse texto, sejam predominantes as posições que olham com ressalvas para a afirmação da existência da desindustrialização em nosso país. Pereira Júnior, por exemplo, afirma que

> mesmo considerando as dificuldades sentidas pela indústria brasileira e a retração que vários ramos produtivos sentiram nas últimas décadas, em especial com as perdas na participação das exportações e as quedas no valor adicionado, defende[mos] a concepção de que *o uso de termos como desindustrialização deve ser feito de maneira mais cautelosa*. Corroboramos com o fato de que, ao incorporar a atual reestruturação territorial, produtiva e setorial que assola o período da globalização, a indústria de transformação no Brasil está muito mais propensa a absorver uma nova combinação entre relações espaciais, produtivas, financeiras e de serviços, que reconfiguram os termos da economia produtiva e da circulação/consumo de bens e mercadorias. A reação a essas mudanças, dada a correlação de forças econômicas e políticas, é a valorização de uma agenda de competitividade que prioriza a redução de custos, cuja consequência é a adoção de estratégias que negligenciam o incentivo à inovação tecnológica e o aperfeiçoamento estrutural do parque manufatureiro brasileiro (Pereira Júnior, 2019, p. 16-17, grifo nosso).

Embora esta seja apenas a posição de um dos autores da Geografia Econômica, podemos tomar esse fragmento como uma síntese de como a maioria dos textos dessa área vem trabalhando a questão. Ainda que alguns outros autores compreendam que o país tem lidado com um consistente processo de desindustrialização, a posição de reticência de Pereira Júnior sumariza bem como uma expressiva gama de intelectuais tem se colocado nessa querela nos últimos anos. Em suma, a Geografia Econômica não embarca na ideia de uma desindustrialização em escala nacional no Brasil, embora reconheça que mudanças estruturais estejam ocorrendo e devem ser analisadas com maior detalhe. Uma saída que esses autores encontram para tal problema é o uso de terminologias menos atravessadas por polêmicas e, portanto, mais próximas do consenso entre os autores das Ciências Humanas e Sociais, tais como ressignificação, reestruturação, reconfiguração e perda de dinamismo (Lamoso, 2013; Lencioni, 2015; Pereira Júnior, 2019; Gomes, 2020; Tunes, 2020).

Nossa linha de argumentação vai em um sentido um pouco distinto. Em que pese a nossa discordância com certas conclusões que alguns dos principais autores das Ciências Econômicas têm apresentado e a devida necessidade de termos ressalvas com qualquer discussão que ainda carece de maior lapidação e análise, avaliamos que o Brasil que temos nesta terceira década do século XXI é um país que passa pelo processo de desindustrialização. Contudo, essa afirmação não se apresenta aqui como uma resposta conclusiva, muito pelo contrário. Entendemos que a desindustrialização no Brasil não passa da aparência do processo de desenvolvimento contraditório das relações capitalistas em escala global, que encontra particularidades em países como o Brasil, marcado

por um processo de industrialização extremamente limitado no que se refere a mudanças qualitativas e por descontinuidades no desenvolvimento nacional.

Analisando as diferenças entre países que tiveram na industrialização um importante motor de desenvolvimento social e econômico e países que não conseguiram isso, Cano argumenta sobre essa necessidade de entendermos as particularidades dos países latino-americanos, a exemplo do caso brasileiro.

> Muitos países subdesenvolvidos também instauraram processos de industrialização em seus territórios. Poucos, entretanto, conseguiram ultrapassar, com alguma expressão, a produção de bens não duráveis de consumo e a do simples beneficiamento industrial de produtos primários. Mesmo na América Latina, apenas Argentina, México e Brasil conseguiram instalar um parque industrial expressivo e, deles, somente o Brasil avançou na montagem parcial do setor de bens de capital. Ao final da década de 1970, esses países tinham uma indústria de transformação cujo produto representava cerca de 23% do PIB, no caso, mexicano, cerca de 25 % na Argentina e de 33% no Brasil. Com os nefastos efeitos, porém, da década perdida de 1980 e os decorrentes da instauração das políticas neoliberais a partir de 1990, a queda da participação da indústria de transformação no PIB para a América Latina em seu conjunto foi grave (Cano, 2012, p. 833).

Os intensos processos de integração econômica que os países latino-americanos passaram no final do século XX são parte fundamental do entendimento do argumento que desenvolvemos aqui. Com isso, afirmamos que, embora frisando nesse texto a particularidade brasileira, alguns dos pontos que traremos neste texto nos ajudam a entender o desenvolvimento capitalista recente dos países da América Latina como um todo, sem com isso compreendê-los como uma homogeneidade. O desenvolvimento industrial desses países ao longo do século XX se deu de modo heterogêneo e apenas alguns países realmente chegaram ao final desse período com importantes parques industriais, notadamente Argentina, Brasil e México. Não obstante essas heterogeneidades, a agudização da internacionalização do capitalismo na segunda metade do século passado conferiu em todo o continente a constituição de elos globais a partir de um redesenho da divisão internacional do trabalho.

A esses processos em escala mundial, somam-se transformações profundas nas relações capital-trabalho, com intensificação da terceirização e outras formas de precarização das relações trabalhistas em todo o mundo (Alves, 2007; Antunes, Druck, 2018). Nesse sentido, vários postos de trabalho que antes eram computados como parte dos segmentos da indústria passaram a integrar o setor de serviços. Como apontado por Maia (2020), essa é tida como uma das causas da desindustrialização, o que justificaria certa “ilusão estatística” em indicadores de emprego que apontariam queda no número de empregados na indústria quando na verdade esses postos apenas estariam sendo realocados para o setor de serviços. Embora concordemos em linhas gerais com os que defendem essa perspectiva, nos horizontes de nossa leitura sobre o problema, a questão pode ser tratada de um modo distinto. Se efetivamente nós temos uma mudança qualitativa no perfil dos empregos vinculados à indústria, é inegável que, em realidades como a do Brasil, a terceirização gera mais do que uma simples alteração estatística nos dados.

Os novos postos de trabalho que são criados nesse processo são de natureza qualitativamente diferente, sendo marcados pela extrema precarização e fragilidade dos vínculos. Embora não seja nosso propósito debater cada um os índices que são aventados nos estudos sobre a desindustrialização no Brasil, é preciso frisar que até nos mais limitados deles, aqueles referentes à força de trabalho empregada, há muito mais do que uma ilusão estatística no gráfico. Há um potencial acirramento da precarização do trabalho, faceta fundante da nova quadra histórica que vivemos do desenvolvimento capitalista.

Feitas essas primeiras colocações sobre o que entendemos como o processo de desindustrialização que ocorre no Brasil, devemos agora avançar na questão da particularidade do desenvolvimento capitalista em nosso país, com ênfase para a indústria. Sem esse lastro, fica mais difícil discernir as contradições recentes do nosso território. Antes, porém, vale a pena sumarizar alguns pontos: a) avaliamos que o Brasil atravessa um processo de desindustrialização que não se dá de modo homogêneo nem em nosso território (desenvolvimento regional desigual) nem em escala global; b) afirmar em favor da existência disso é apenas a aparência do processo, já que a desindustrialização não se explica por si própria, mas por determinantes que devem ser buscados temporal e espacialmente; c) esse processo é multifacetado, podendo se apresentar, por exemplo, através do fechamento de uma unidade fabril, da terceirização/precarização de força de trabalho industrial, da ampliação do *gap* tecnológico entre nosso parque industrial e outros no mundo, da reprimarização da nossa pauta de exportações. A particularidade da desindustrialização no Brasil passa pelo reforço do nosso desenvolvimento capitalista dependente, que ganha contornos ainda mais perversos com a neoliberalização do Estado em contexto de reestruturação produtiva global. Avancemos então na compreensão sobre o que propriamente a desindustrialização reforça, sobre o que exatamente nos particulariza.

Desindustrialização no Brasil: a particularidade de um país de desenvolvimento dependente

O devido entendimento do processo de desindustrialização no Brasil passa pela leitura da peculiaridade do nosso desenvolvimento capitalista que guarda bases para o discernimento da realidade a partir da mediação entre o capitalismo enquanto universalidade e o Brasil (país de origem colonial, no contexto da América Latina) enquanto particularidade. Não se explica a industrialização do país sem entender os fundamentos gerais do modo de produção no qual nos encontramos, ao mesmo tempo que é necessário ter em conta que o desenvolvimento capitalista não se baseia em uma homogeneidade avassaladora que desconsidera a heterogeneidade que o antecede e que é por ele produzida e reproduzida.

Um dos fundamentos da nossa particularidade está em nossa dependência. Essa se manifesta em diferentes dimensões, tanto em uma burguesia dependente, quanto em uma industrialização dependente. De tal forma, compreendendo essa peculiaridade de nosso processo de industrialização, temos que não é somente olhando para dentro que

entenderemos a desindustrialização vigente. Não obstante, o primeiro passo que daremos em nosso texto é justamente entender, em linhas gerais, como se constitui a nossa particularidade de desenvolvimento capitalista dependente e como isso se consubstancia em nossa indústria.

Considerando toda a plêiade de autores que se debruçaram sobre a questão do desenvolvimento capitalista no Brasil, avaliamos que Caio Prado Júnior dá uma contribuição seminal para nossa abordagem. Parte desta compreensão já foi por nós abordada em outro momento (Marques, 2020). Dentre os pares conceituais de sua obra, destacamos um que nos parece fundamental: economia colonial e economia nacional[4] (Prado Júnior, 1974). Por um lado, o segundo conceito vai no sentido de uma nação que se organiza a partir das suas próprias necessidades, apresentando dinâmicas endógenas que determinariam seu desenvolvimento. Por outro lado, o conceito de economias coloniais está vinculado a uma interpretação de países que apresentam uma dependência que lhe é particular, que determina a sua organização tendo como base uma forte presença de interesses que estão além das fronteiras territoriais. Na compreensão deste autor, o Brasil deve ser interpretado como uma economia de razão colonial. E esta forte presença de interesses internacionais no desenvolvimento do país associa-se principalmente à participação do capital financeiro na nossa economia. Para Prado Júnior, de certo modo, estamos diante de um desenvolvimento econômico limitado, que ao longo de sua história vai encontrando limites objetivos que são derivados de seu passado colonial.

> No curso contudo desse processo de transformação, esta esbarra no obstáculo dos remanescentes do velho sistema colonial que lhe embaraçam o prosseguimento e limitam as perspectivas. Resulta aquele obstáculo, fundamentalmente, […] do acanhado mercado consumidor interno e sua defeituosa estrutura – herança ainda, em última instância, daquele passado colonial –, mercado esse que no regime vigorante de livre iniciativa privada que se estimula unicamente pelo maior interesse financeiro e maximização do lucro comercial, não oferece os impulsos necessários para a promoção das atividades econômicas em proporções e condições que assegurem um suficiente ritmo de crescimento do mesmo mercado (Prado Júnior, 1989, p. 124).

Assim, nossa herança colonial dos séculos XVII, XVIII e XIX é algo como um passado-presente, um passivo colonial que determina como se desenvolvem as relações capitalistas no Brasil. Este argumento pode ser compreendido tendo em conta o nosso processo de industrialização. Ao analisar a presença das indústrias subsidiárias no país, Prado Júnior destaca como a instituição destas tem em seu âmago a associação entre frações locais do capital e o capital estrangeiro, sendo que o último sobredetermina todo o desenvolvimento industrial.

> Os capitais e empreendimentos internacionais se prevalecerão largamente dessa avantajada situação que desfrutam relativamente ao Brasil. […] O núcleo verdadeiramente dinâmico da indústria brasileira se constituirá em nada mais que uma constelação de filiais de empresas

4 Em várias passagens de nosso texto utilizaremos o termo “economia nacional” em um sentido mais coloquial, como sinônimo de economia brasileira, sem referenciar-nos, nesses momentos, ao conceito de Caio Prado Júnior aqui colocado.

> internacionais em cuja órbita girará quase tudo que a nossa indústria conta de mais expressivo. […] Verifica-se desde logo a estreita relação de dependência que o predomínio de empreendimentos internacionais na indústria brasileira determina entre os processos de industrialização e as exportações brasileiras (Prado Júnior, 1989, p. 126-127).

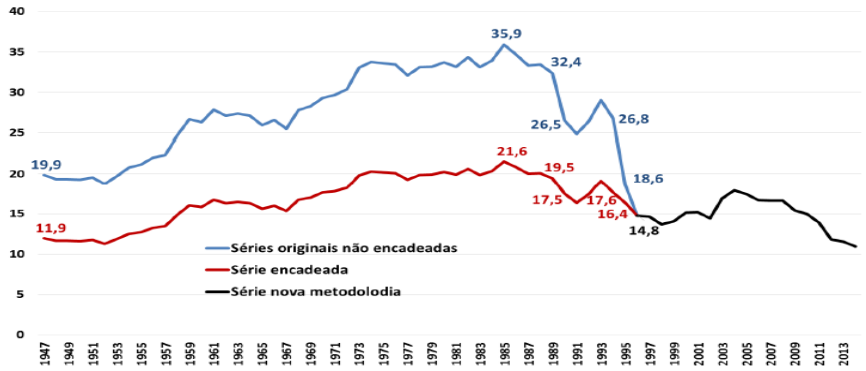
Para este autor, este perfil subsidiário presente na gênese de nosso processo de industrialização é um desdobramento do período colonial, tornando-se um passado-presente no desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Assim, a industrialização que ocorre no território brasileiro é marcada por impulsos descontínuos e desordenados, que tendem a ser o nosso padrão de desenvolvimento industrial, dado que este é mais determinado por desdobramentos do mercado financeiro do que por interesses atinentes às demandas internas do país. Prado Júnior ressalta, ainda na segunda metade do século XX, o progressivo aumento da presença do capital internacional na economia brasileira, e como o interesse deste determina e limita qualquer possibilidade de desenvolvimento minimamente soberano.

Ademais, Prado Júnior destaca como o século XIX pode ser entendido como um momento fundamental para compreendermos o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, incluindo sua industrialização, ainda que reconheça que muitos processos novos vieram à tona apenas no século XX. E, nesse sentido, uma das principais descontinuidades do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil é a década de 1930. No contexto do primeiro governo Vargas (1930-1945) temos o que é geralmente considerado como momento de emergência do nosso processo de industrialização, embora outras experiências de plantas fabris sejam registradas em diversas partes do país antes desse momento. Sem sombra de dúvidas, um dos grandes diferenciais do período que se inicia a partir dos anos 1930 são as políticas públicas implementadas para servirem como motor do desenvolvimento industrial, tanto com incentivos para que particulares ampliassem seus investimentos e empreendimentos, quanto com a criação de empresas estatais que tinham como responsabilidade alavancar o desenvolvimento nacional. Em que pesem todas as necessárias ressalvas, as décadas que vão de 1930 a 1980 são marcadas, de um modo geral, pela forte presença do Estado como impulsionador do desenvolvimento industrial, incluindo a captação de investimentos estrangeiros.

Esse período, principalmente pelos processos que se desenvolveram na primeira metade do século XX, é conhecido como de industrialização por substituição de importações (ISI). O foco principal dos primeiros momentos desse período foi a constituição de um parque industrial que diminuísse a necessidade de importação de bens básicos para o consumo brasileiro, ainda que muito limitado, em um primeiro momento, a bens voltados para uma pequena parcela da população. Ao longo das décadas foi se constituindo um cenário em que cada vez mais itens do processo produtivo começaram a ser feitos em solo nacional, o que deu robustez ao nosso parque industrial. Isso, contudo, não rompe com as bases da nossa economia dependente, o que levou àquilo que Mello (1991) chamou de industrialização restringida, ou seja, embora aparentando certa autonomia e pujança, as bases do nosso processo de desenvolvimento industrial se pautaram na falta de constituição de centros decisórios locais em território brasileiro.

Geralmente, um dos principais gráficos que têm sido utilizados como esforço de síntese da história da industrialização no Brasil foi o feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Constando aqui como Gráfico 1, o foco principal do gráfico é mostrar dois grandes momentos no nosso processo de industrialização. O primeiro é marcado pela ascensão, dos anos 1930 aos anos 1980; e o segundo é marcado pelo descenso, dos anos 1980 até os dias atuais. Este segundo momento seria o nosso processo de desindustrialização.

Gráfico 1 – Brasil: participação da indústria de transformação no PIB (em %), entre 1947 e 2013 – séries originais e corrigidas



Fonte: Fiesp, 2015

Para este texto, escolhemos a versão adaptada pela própria Fiesp, após críticas realizadas à primeira versão por não considerar as mudanças ocorridas nas metodologias do IBGE ao longo das décadas. A linha azul indica a versão original do gráfico, enquanto que a vermelha indica a série encadeada, sendo esta mais apropriada para uma analogia com os dados atuais. Em preto, temos a série que não foi alterada de uma versão para outra por não ter havido mudanças substanciais na metodologia do IBGE desde meados dos anos 1990.

Além de questões de natureza técnica, outras ponderações devem ser colocadas. A História não se repete. Não é cabível acreditar, por exemplo, que por termos no século XXI um percentual de participação da indústria no PIB similar ao dos anos 1950, estaríamos tratando de processos idênticos. O Brasil não é o mesmo, o capitalismo mundial não é o mesmo, tampouco a indústria é a mesma, em todas as suas dimensões, embora seu caráter dependente e retardatário continue nos ajudando no desvelamento de algumas continuidades. Para tanto, é necessário abordar o que tem ocorrido com a economia brasileira (e sua indústria) dos anos 1980 até os dias atuais.

> Desde os anos 1980, a economia brasileira encontra-se num ciclo de longo prazo de baixo nível de crescimento, redução da taxa de investimento e saída do Estado como agente coordenador do desenvolvimento. As articulações entre os aspectos macroeconômicos, microeconômicos e territoriais erigidos no modelo de ISI têm passado por um desmonte lento e gradual, que encontra nova fase na *grande recessão* do biênio 2015-2016. Nas décadas de 1980 e 1990, as empresas não financeiras

> realizaram sucessivos *ajustes defensivos* […], o que levou a uma redução do nível de investimento da economia, com impactos substanciais sobre a capacidade do investimento em liderar o crescimento de longo prazo (Sampaio, 2019, p. 112, grifos no original).

Nesse sentido, o que temos no cenário brasileiro das últimas quatro décadas é a inserção da economia nacional, já historicamente determinada pela dependência e pela industrialização retardatária, em um contexto de mundialização do capital que é marcado pela constituição de cadeias globais de valor nas quais o Brasil vai progressivamente se situando em posição que reforça suas contradições estruturais. Os anos 1980, que trouxeram os necessários ares novos da retomada dos governos presidenciais civis e da Constituição mais democrática da nossa história, foram também os anos de uma abertura comercial profunda no país. Desde então, uma série de políticas nacionais foram perpetradas com foco na liberalização da economia e em "ajustes necessários" para que o Brasil se posicionasse no cenário global de modo mais "competitivo". Nada de mais falacioso.

Os anos 1990 foram, por excelência, a década em que esse processo encontra seu auge. Redimensionamento na pauta de exportações, profundo programa de privatizações e controle rígido do câmbio através do Plano Real são alguns dos principais processos desse período que, não à toa, é compreendido como clímax das políticas neoliberais no Brasil. Todas as medidas definidas pelo Consenso de Washington, que contaram com a severa regulação de organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Grupo Banco Mundial, foram responsáveis, no Brasil e em boa parte do mundo, pela consolidação da reestruturação produtiva em escala global, iniciada anos antes em países como Chile, Estados Unidos e Reino Unido.

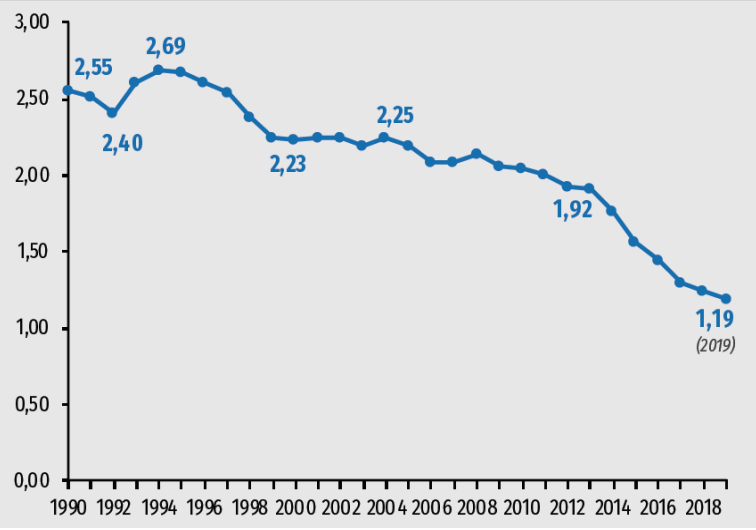
No Brasil, a reestruturação produtiva tem apresentado desdobramentos profundos, embora não haja consenso sobre todos eles, a exemplo da própria compreensão da desindustrialização. Ainda assim, vários exemplos desses desdobramentos podem ser aventados. Gomes (2020, p. 146) argumenta que, com "a abertura comercial dos anos 1990, a entrada de produtos asiáticos no mercado brasileiro foi desastrosa para a indústria nacional, ocasionando o fechamento ou aquisição de muitas empresas". Por seu turno, Lamoso (2020, s/p) indica que a "economia brasileira, fragilizada desde o final dos anos 1990 com políticas de desregulamentação, privatizações sem critérios compatíveis com um projeto de desenvolvimento nacional soberano, começou a apresentar indícios de desindustrialização e a consolidar, no início do século XXI, uma reprimarização da pauta exportadora".

Acreditamos que mais alguns dados quantitativos podem nos ajudar a ter uma visão panorâmica desse processo em escala nacional. Com isso, não discordamos das ponderações feitas por Pereira Júnior (2019) e Tunes (2020) quanto à necessária prudência para com o uso demasiado de dados estatísticos sem a devida combinação com outras linhas de argumentação sobre a questão da desindustrialização do país. Vejamos a seguir o Gráfico 2, que mostra a participação do Brasil no valor adicionado da indústria de transformação mundial.

Antes de apontarmos alguns aspectos importantes desse gráfico, mencionemos algumas ponderações. Diferentemente do que vimos no Gráfico 1, neste temos uma outra variável: valor adicionado. Acreditamos que esses dados, quando tratamos de uma visão mais ampliada da questão, conseguem nos trazer uma leitura mais robusta da dinâmica industrial, já que aqui lidamos mais com o final do processo produtivo. Isso ajuda a notar, por exemplo, a participação de frações da força de trabalho que, por outros indicadores, acabam sendo consideradas como setor de serviços. Outro aspecto importante é o recorte histórico, que considera as últimas três décadas, diminuindo a margem de erro derivada de possíveis readequações de dados conforme as diferentes metodologias de coleta.

Visivelmente, o Gráfico 2 aponta para uma tendência de longo prazo de diminuição da indústria brasileira na produção global. Ainda que consideremos que esse dado é fortemente influenciado pelo intenso desenvolvimento da China nos últimos anos, é no mínimo preocupante a tendência sinalizada desde meados dos anos 1990. Por mais que ainda exista dissenso sobre esse processo ser ou não um indicador de desindustrialização, fica nítido que algo está ocorrendo com a indústria nacional. Saindo de uma visão em escala global para outra, em escala nacional, temos o valor adicionado pela indústria em geral (e não somente a indústria de transformação) no Brasil em relação aos demais setores da economia (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Brasil: percentual nacional no valor adicionado da indústria de transformação mundial, entre 1990 e 2019

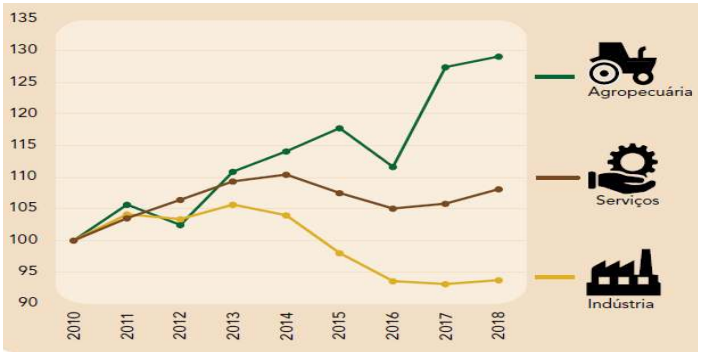


Fonte: CNI, 2020.

Diferentemente do Gráfico 2, nesta temos a indústria como um todo. Isso, em nossa perspectiva, até suaviza um pouco a queda na participação deste setor no cômputo geral por considerar a indústria extrativa, dimensão que geralmente não é levada em conta nos estudos sobre o processo de desindustrialização. Esta última série também tem a singularidade de se tratar de um período relativamente curto, compreendendo basicamente a segunda década do século XXI. Uma das conclusões possíveis desse gráfico

é que, em que pesem algumas mudanças em políticas sociais, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) mantiveram muitas das políticas macroeconômicas dos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principalmente quando consideramos o famigerado tripé: superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação. Como já tínhamos apontado em texto anterior (Marques, 2018), não tivemos nenhuma grande descontinuidade na implementação das políticas neoliberais no Brasil no século XXI, o que, do ponto de vista da indústria de transformação, significou um acirramento do processo de reestruturação produtiva. Passadas décadas de governos assentados em pilares neoliberais, os Gráficos 2 e 3 acabam evidenciando o resultado nefasto da inserção da economia dependente brasileira nas cadeias globais de valor.

Gráfico 3 – Brasil: valor adicionado bruto a preços básicos, por grupo de atividades econômicas, entre 2010 e 2018 (2010=100)



Fonte: IBGE, 2020.

Os dados apresentados até aqui tratam da indústria (geral ou somente de transformação) sem adentrar em suas especificidades. Foge aos objetivos do nosso texto entrar em minúcias dos dados sobre os segmentos da indústria. Contudo, um estudo realizado por Espósito abordou essa questão de modo profundo. Uma de suas conclusões

> aponta para uma regressão da estrutura setorial da indústria, uma vez que a maioria das atividades discriminadas pela pesquisa perdeu participação [...]. Ou seja, presenciou-se uma maior *especialização do setor industrial brasileiro*. Esse quadro mostra-se ainda mais alarmante pelo fato de somente duas atividades serem as responsáveis pela maior parte desse ganho relativo [setor de produtos *derivados do petróleo* (CNAE 19), com um aumento de 4,88 p.p., e o de *alimentos* (CNAE 10), com um aumento de 2,83 p.p.]. Desse modo, a participação relativa dos três principais segmentos industriais (em termos de VTI) passou de 26,91% do total, em 1996, para 37,38%, em 2014 (Espósito, 2017a, p. 128-129, grifos nossos).

A análise empreendida por esse autor compreendeu a distribuição do valor total da indústria de transformação por atividade considerando o período entre 1996 e 2014. A escolha desse período mais curto também se deveu aos limites próprios das várias metodologias utilizadas pelo IBGE ao longo dos anos. Dois pontos colocados pelo autor nos chamam a atenção. O primeiro é que, tendo em conta as várias subdivisões da indústria de transformação, é possível notar que a alteração percentual não se dá de modo homogêneo. Existem segmentos com intensa redução (a exemplo de “equipamentos de

informática, produtos eletrônicos e ópticos" e "máquinas, aparelhos e materiais elétricos"), segmentos com relativa estabilidade no período (a exemplo de "tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins" e "móveis") e segmentos com importante crescimento, como os grifados na citação anterior. No quadro geral, contudo, mais do que uma heterogeneidade, é possível afirmar que há um processo de especialização industrial no âmbito da desindustrialização brasileira. E mais, essa especialização converge para atividades mais conectadas com o setor primário, o que somente agudiza a complexidade da posição do país frente à constituição das cadeias globais de valor nos novos cenários espaçotemporais da divisão internacional do trabalho no século XXI.

Todo o esforço que fizemos nesse item que tratou da questão da particularidade da realidade brasileira assentou-se na perspectiva de que o processo de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil (e, a bem da verdade, nos países latino-americanos) tem como dimensão fundante a questão da dependência. Partindo dessa compreensão mais geral, fica nítido que nosso processo de industrialização que se desenrolou ao longo do século XX, por não romper com o nosso passado-presente de origem colonial, apenas reforçou a dependência estrutural. Como argumentado por Lamoso (2020, s/p), o "Brasil se constitui enquanto nação na dependência de suas relações com o mercado externo e responde aos seus estímulos de expansão ou retração, reorganizando as estruturas produtivas no território".

Não rompendo com o desenvolvimento dependente, a industrialização se realiza em nosso território como retardatária e também dependente. Por mais que haja dissensos sobre a compreensão do que de fato está acontecendo em nosso país, é salutar reafirmar que, cada vez mais, fica evidente nosso enredamento em um novo torvelinho de dependência (Lencioni, 2015), que, ao mesmo tempo que conserva estruturas do nosso passado, vai reconstituindo nosso desenvolvimento sob novas formas. Acreditamos que, no contexto de reestruturação produtiva no final do século XX e implementação de rodadas de neoliberalização em diferentes escalas e dimensões (Harvey, 2008), as políticas macroeconômicas do Estado brasileiro têm respondido com transformações profundas que determinam um ciclo vicioso de perda gradual de importância da indústria. Em escala global, "o que o neoliberalismo faz é aprofundar os mecanismos estruturais do capitalismo dependente, através da transferência de uma maior e crescente parte desse valor produzido" (Strauss, 2018, p. 153). Em economias como a brasileira, esse processo se materializa, nos termos de Sampaio (2015, 2017, 2019), na desindustrialização relativa no território. E, para além da compreensão das particularidades do Brasil, é necessário que avancemos, mesmo que brevemente, no debate em outra escala. Justamente por tratarmos de um desenvolvimento dependente, é fundamental evidenciarmos mais alguns pontos referentes à dinâmica global do capitalismo no final do século XX e início do século XXI. A desindustrialização brasileira deve ser explicada na mediação entre as dinâmicas capitalistas globais e a particularidade nacional.

Desindustrialização no Brasil como parte, reestruturação produtiva global como todo

O desenvolvimento capitalista em todo o mundo vai ganhando contornos que são histórica e geograficamente determinados. Nem é possível falar em um modo de produção que se mantém o mesmo desde o século XVI, como também não é correto afirmar que a realização das relações capitalistas se deu de igual modo em diferentes partes do mundo. Nesse sentido, falar do capitalismo no século XXI requer uma precisão sobre o momento em que vivemos e acreditamos que um ponto de partida central nisso é a compreensão do período imperialista que vem se desenvolvendo no mundo já há algumas décadas.

> O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (Lenin, 2011, p. 218).

Obviamente, existem algumas ponderações necessárias ao escrito original da teoria leninista do imperialismo, dado que muitos anos se passaram desde a redação original de seu argumento. Principalmente a partir dos processos de descolonização de Ásia e África, a maior parte do mundo passou a ser organizada em Estados nacionais regidos por governos autóctones (embora ainda existam casos clássicos de colonialismo, que não adentraremos aqui). Além disso, o capitalismo passou por profundos processos de reestruturação produtiva, incluindo o mais recente que temos argumentado de modo mais dedicado neste texto. Ainda assim, avaliamos que o cerne do argumento de Lenin continua sendo válido, o que nos faz reafirmar a noção de que vivemos a época imperialista do capitalismo, assentada na dominação dos monopólios e do capital financeiro. Na verdade, talvez nunca antes na história da humanidade tenhamos vivido um momento em que essa assertiva fosse tão notória. Como argumenta Smith (1997), aquilo que conhecemos como globalização nada mais é do que o imperialismo em sua forma pura.

Ao longo das últimas cinco décadas, o imperialismo capitalista passou por algumas descontinuidades derivadas de ajustes no desenvolvimento das relações capitalistas em escala global. Do ponto de vista da economia de países como os Estados Unidos e dos integrantes da Europa Ocidental, observamos a crescente emergência de formas de produção mais flexíveis, centradas no aumento da exploração da força de trabalho a partir da retirada de direitos historicamente conquistados, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Autores como Harvey (1992) indicam essa transição como fundamental para entendermos o desenvolvimento capitalista no período subsequente. Especialmente em relação ao que estamos abordando neste texto, a emergência de uma nova realidade econômica em escala global vai se consubstanciar em diferentes níveis e terá um caráter eminentemente multidimensional. Com isso, queremos afirmar que enxergamos o toyotismo/acumulação flexível (como regramento produtivo), a globalização (como agudização da internacionalização imperialista do capital), a financeirização (como pretensa hegemonia do capital financeiro) e o neoliberalismo (como transformação do

Estado), dentre outros processos, como partes de uma totalidade aberta e complexa que é o desenvolvimento capitalista no século XXI frente à reestruturação produtiva iniciada na segunda metade do século XX. Ainda que ocasionalmente frisemos algumas partes mais que outras, é essa leitura de totalidade que embasa nossa compreensão sobre a desindustrialização brasileira.

Especificamente em relação à regulação do Estado no capitalismo, reformas importantes foram implementadas a partir da década de 1970, o que tem se desdobrado na implementação de toda e qualquer política pública. Assentados na falaciosa noção de liberdade como fundamento do pleno desenvolvimento capitalista, autores como Harvey (2008) vão chamar estes movimentos do capital como processos de neoliberalização, que se apresentam para além dos limites clássicos da ossatura estatal. Em alguns dos principais países capitalistas ocidentais, a presença da estagflação (aumento do desemprego associado à inflação e ao baixo crescimento econômico) durante os anos 1970 e 1980 foi um contexto espaçotemporal *sui generis* para a emergência de reformas estruturantes do Estado capitalista no sentido de uma reorientação de prioridades, ainda que este processo tenha ocorrido de modo desigual nas diversas partes do mundo.

> O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu (Harvey, 2008, p. 23).

Assim, a universalidade do processo de neoliberalização em várias partes do planeta, assentada na necessidade de ampliação da reprodução do capital e superação da crise, não desconsiderou as particularidades e desigualdades dos diversos lugares e regiões, suas variadas singularidades de estruturação do poder de classe e as formas próprias de organização do trabalho. Não obstante, este desenvolvimento desigual (e combinado) do neoliberalismo não se distanciou de um sobredeterminante ponto de convergência que, segundo Harvey (2008), aponta para o âmago deste processo: a expressiva concentração de renda resultante da neoliberalização e sua derivada reestruturação de classe em escala global.

Com relação à particularidade brasileira, temos que uma das mais importantes discussões que devemos evidenciar quando o assunto é a neoliberalização do Estado é a reorientação de políticas públicas no sentido de uma leitura liberalizante de competitividade da economia nacional. E isso tem um diálogo direto com a questão da desindustrialização. A partir da segunda metade do século XX, como parte do processo de reestruturação produtiva do capitalismo em escala internacional, temos a orientação, muitas vezes advindas de organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, de adequação das economias nacionais aos cenários de formação e consolidação de cadeias globais de valor. Nesse processo, países como o Brasil passaram por profundas reorientações no sentido de se “inserir de modo mais competitivo” no novo cenário econômico global.

> A partir dos anos 1980, a produção industrial liderada por grandes corporações dos países desenvolvidos iniciou um processo de mudança na sua forma de organização para aquela entendida como as cadeias globais de valor. Esta alteração microeconômica na forma de produção de mercadorias teve efeitos importantes sobre as dinâmicas de investimento e de comércio exterior em escala global e afetou a organização mundial da indústria de transformação, com alterações tanto setoriais quanto territoriais. Em outras palavras, as estratégias de redução de custos das grandes corporações globais promoveram interações distintas, mas específicas em cada país, entre a indústria e o território, aumentando a concentração e a centralização do capital. Este movimento, que foi marcado por uma relocalização de empresas, redefiniu o papel das economias nacionais no ciclo global de valorização da riqueza (produtiva e financeira) e provocou importantes processos de ajustes socioespaciais planetariamente (Sampaio; Macedo, 2014, p. 51).

Ainda que todas essas transformações colocadas pelos autores não estivessem totalmente visíveis nos anos 1980, progressivamente podemos perceber como tais mudanças foram ganhando corpo na economia brasileira, especialmente quando vemos notícias como as do fechamento de importantes e tradicionais plantas fabris no território nacional. O encerramento de atividades de unidades como as da Caoa Chery (Souza, 2022) ou da LafargeHolcim (Salasar, 2021) deve ser visto como um movimento global do capital na busca por melhores condições de extração de mais-valor em cadeia. As formas como essas grandes empresas industriais se organizam levam em consideração parâmetros de otimização produtiva em que são consideradas diferentes dimensões, incluindo de natureza territorial. Obviamente, esse processo se realizará de maneira desigual no mundo. Em países como o Brasil, que recebeu plantas industriais de capital estrangeiro como parte do processo de migração de unidades fabris do centro para a periferia ao longo do século XX, presenciam-se agora novas rodadas de mobilidade do capital. Mas não da mesma forma e nem pelos mesmos motivos que o fizeram receber as unidades no passado.

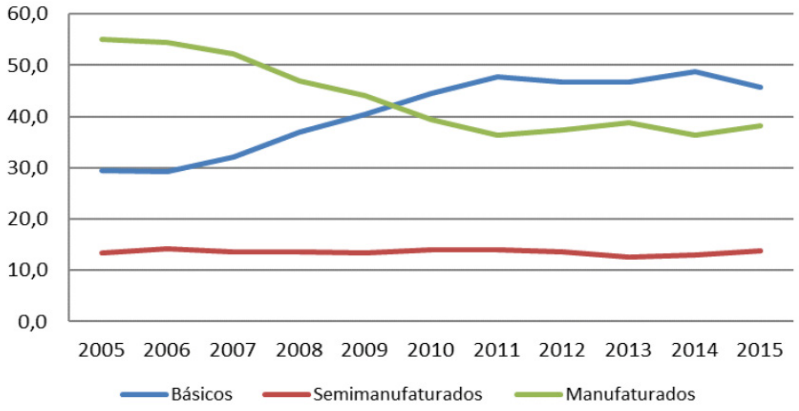
Como já discutido por autores que analisaram comparativamente o processo de desindustrialização em diferentes partes do mundo (Palma, 2014; Tregenna, 2009, 2015), em países como o Brasil temos um processo contraditório que reafirma nossas desigualdades baseadas no trabalho precarizado, na terceirização e na ausência de uma prévia constituição de centros de decisão do capital[5]. Assim, podemos afirmar que a formação de cadeias globais de valor leva a processos de (des)industrialização desiguais ao redor do mundo, com partes do globo passando por contextos de avançada industrialização (caso da China), outras vivenciando transferências de plantas fabris com permanência de centros de decisão (caso da Europa Ocidental) e outras presenciando a diminuição absoluta ou relativa da indústria em suas economias nacionais (caso do Brasil). Assim, temos o movimento de reconfiguração progressiva da divisão internacional do trabalho frente ao desenvolvimento das relações capitalistas em escala global na conformação das cadeias globais de valor (Selwyn; Leyden, 2021). Esse movimento reafirma a

5 De modo geral, evitamos alguns termos que são comumente utilizados por esses autores para adjetivar a desindustrialização, tais como “prematura” ou “precoce”. Isso porque entendemos que, tomados em sua conceituação, podem levar a compreensões etapistas do desenvolvimento capitalista.

compreensão da monopolização imperialista nas entranhas do desenvolvimento capitalista no século XXI.

Acreditamos que esse argumento pode ser desdobrado a partir de dois pontos centrais para o debate atual da Geografia Econômica do Brasil no século XXI: a) a progressiva mudança que presenciamos na pauta de exportações; e b) o aumento expressivo que tivemos na presença de itens importados no nosso processo produtivo ou mesmo na substituição de itens finais, tendência inversa ao que vivemos no país a partir dos anos 1930 (ISI). Argumentemos esse primeiro ponto a partir do Gráfico 4.

Gráfico 4 – Brasil: participação relativa das exportações por fator agregado entre 2005 e 2015



Fonte: Lamoso, 2020 (com dados do MDIC).

Esses dados, ainda que focados no período mais recente da economia, dão a tônica do debate que queremos levantar aqui. Progressivamente, na pauta das exportações brasileiras, foram ganhando espaço os itens básicos em detrimento dos manufaturados e semimanufaturados. O gráfico de Lamoso (2020) nos traz essa informação a partir do valor agregado de cada tipo geral de item exportado. Os semimanufaturados e manufaturados apresentam, via de regra, um valor agregado proporcionalmente muito mais elevado do que os itens básicos. Assim, como argumentado por Lencioni (2015, p. 21), a economia brasileira acaba apresentando "defasagem dos termos de troca relativa aos produtos industriais em relação às *commodities*", já que alguns dos principais itens que protagonizam nossas exportações no mercado mundial são produtos como açúcar, café, suco de laranja, fumo, carne bovina, frango e minério de ferro, ou seja, itens com pouco ou nenhum agregamento de valor industrial.

Nesse contexto, é necessário colocar em relevo a importância da China nos últimos anos na reestruturação da economia global e na própria constituição das cadeias de valor. O intenso desenvolvimento recente que a economia chinesa tem passado apresenta desdobramentos de diversas ordens, a exemplo de: a) atração de investimentos industriais, por conta de força de trabalho de baixo custo associada a um parque tecnológico cada vez mais complexo; b) exportação cada vez mais expressiva de itens com maior valor agregado; e c) uma gigantesca demanda por *commodities*, seja para abastecer um

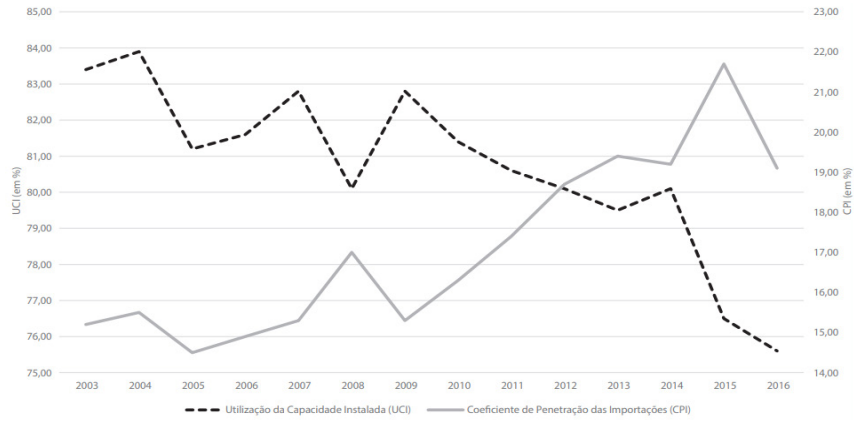
crescente mercado consumidor interno, seja para dar ainda mais impulso para novos investimentos de grande escala. Quando consideramos essas transformações em relação à economia brasileira, fica nítido como as relações comerciais com a China nas últimas décadas são uma dimensão central do processo de desindustrialização no Brasil, quando, obviamente, enxergamos isso em combinação com os demais argumentos que trouxemos até aqui. Conforme colocado por autores como Silva (2019), a própria retração que a China passou na segunda década deste século teve contribuição decisiva no saldo da balança econômica brasileira. Isso deve ser objeto particular de nossa atenção futura, dado que a economia chinesa já apresenta sinais de um forte retorno das taxas de crescimento que experimentou no início deste século, o que mais uma vez deve ter desdobramentos na reprimarização da pauta de exportações brasileiras.

Não obstante, avaliamos que é necessário fazer algumas ressalvas sobre esse debate. A reprimarização das exportações não significa necessariamente reprimarização *stricto sensu* da economia nacional em sua totalidade. Para tanto, alguns pontos devem ser colocados. Primeiro, a constituição dos grandes conglomerados exportadores de soja, suco de laranja, açúcar etc. não se baseia pura e simplesmente na extração primária de itens. Há muitas décadas, nossa agricultura vem desenvolvendo processos de integração com a indústria, inclusive com danosos resultados associados à transgenia e ao uso de agrotóxicos. Dito de outro modo, o desenvolvimento da agricultura no Brasil não significa, necessariamente, um retrocesso para a indústria como um todo, já que alguns segmentos dessa se retroalimentam do setor primário (fertilizantes, agrotóxicos, bioengenharia etc.). Além disso, existe toda uma cadeia em torno do transporte e do armazenamento dos itens básicos. Ainda assim, vale salientar, que não se trata aqui de escamotear o processo de desindustrialização, já que os relativos avanços na indústria ligada à agricultura não parecem ser suficientes para compensar as perdas em outros segmentos. E mais, temos sempre que ter em mente que economia é política. Logo, os históricos incentivos ao agronegócio custam também no sentido de se tornarem dreno dos recursos do erário em detrimento de uma sólida política industrial no Brasil voltada para os setores de maior capacidade de agregação de valor ao produto final.

Como dito, o debate sobre a reprimarização da pauta de exportações da economia brasileira é apenas uma das dimensões que queremos tratar neste texto quando pensamos na presença do Brasil na constituição das cadeias globais de valor. Uma outra dimensão que deve ser levada em consideração é o aumento expressivo de itens importados no nosso processo produtivo ou mesmo na substituição de itens finais, o que pode ser visto, enquanto recurso comparativo, como um processo inverso ao que vivemos no país a partir dos anos 1930 (industrialização por substituição de importações). Como argumentado, a economia nacional na segunda metade do século XX experienciou um importante processo de criação de bases produtivas industriais que foram capazes de internalizar a produção de itens (finais ou integrantes de outros processos produtivos) no próprio território brasileiro. O que chama a atenção é que dados recentes têm mostrado uma reversão nesse quesito, como apontado por autores como Espósito (2017a), Sampaio (2019) e Colombo *et al.* (2020b). Avaliamos que os dois gráficos a seguir (Gráficos 5 e 6) podem dar um bom cenário de síntese desse argumento.

Os dados trazidos nessas duas figuras denotam as tendências de mudança da indústria de transformação no Brasil no século XXI. A tendência decrescente de utilização da capacidade instalada (linha tracejada no Gráfico 5), isoladamente, poderia indicar somente um cenário relativo de desindustrialização, já que uma melhor otimização do processo produtivo também pode gerar uma diminuição desse indicador, ainda mais em tempos de terceirização e aumento da exploração relativa da força de trabalho a partir das inovações tecnológicas. Contudo, quando combinamos esse dado com os outros dois, tendência crescente do coeficiente de penetração das importações[6] (linha contínua no Gráfico 5) e tendência crescente do coeficiente de insumos importados[7] (Gráfico 6), a síntese que podemos ter é distinta. O que temos efetivamente é um aumento progressivo das importações na indústria de transformação no Brasil, seja na elaboração de produtos finais, seja no suprimento da demanda efetiva do mercado doméstico por determinados itens. Quando consideramos esse quadro em relação à nossa balança comercial, o que temos são resultados negativos em segmentos como os de alta, média-alta e média-baixa complexidade da indústria de transformação (Gráfico 7).

Gráfico 5 – Brasil: utilização da capacidade instalada e coeficiente de penetração das importações da indústria de transformação entre 2003 e 2016 (em %)

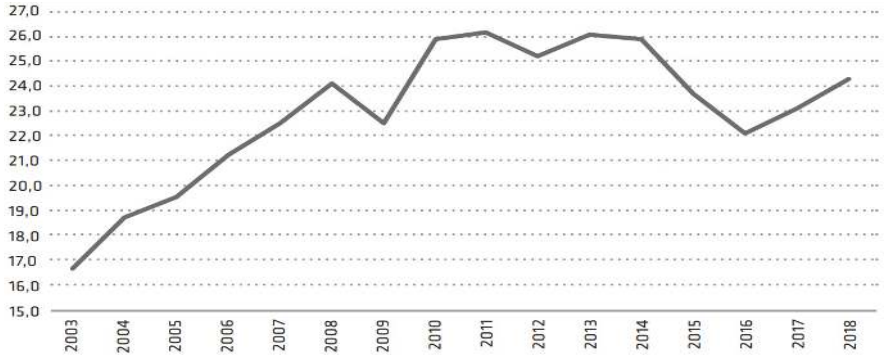


Fonte: Sampaio, 2019 (com dados da CNI).

6 Esse dado indica a presença de itens produzidos fora do país em nosso mercado doméstico. Em certa medida, com essas informações é possível ter uma visão mais abrangente da perda de capacidade da indústria brasileira de abastecer as demandas do próprio país, levando à necessidade de importação. Nesses casos, a unidade brasileira basicamente só embala ou adiciona alguma etiqueta em item feito no exterior.

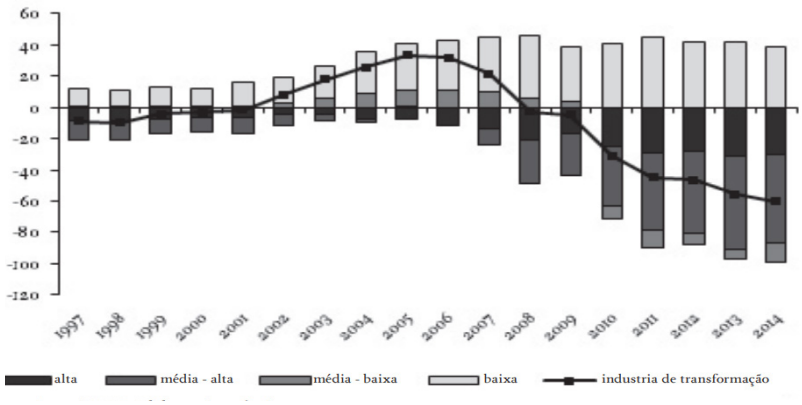
7 Esse dado denota a presença de insumos importados na composição de produtos finalizados no Brasil. Tal indicador é cada vez mais interessante quando consideramos a complexidade do processo produtivo globalmente, onde diferentes peças de um mesmo produto são feitas em distintas partes do mundo.

Gráfico 6 – Brasil: coeficiente de insumos importados da indústria de transformação entre 2003 e 2017 (em %)



Fonte: Colombo *et al.*, 2020b (com dados da CNI).

Gráfico 7 – Brasil: balança comercial da indústria de transformação entre 1997 e 2014 (em US$ bilhões)



Fonte: Espósito, 2017a (com dados do MDIC).

Ao longo dos primeiros anos do século XXI, o que identificamos é a tendência decrescente da balança comercial da indústria de transformação no país. Ainda que na série apresentada no Gráfico 7 os itens de alta e média-alta complexidade sempre tenham apresentado resultados negativos no intervalo considerado, é importante destacar como esse *gap* foi crescendo ao longo do século XXI, o que reafirma nosso caráter de desenvolvimento dependente. Associando esses dados com a discussão sobre a reprimarização da pauta de exportações, fica nítido que o que garantiu a política neoliberal de balança superavitária no Brasil nas últimas décadas foi o setor primário, o que gera um custo profundo para o desenvolvimento do país por se basear em baixo valor agregado, intensa dilapidação de recursos naturais e uso de insumos que vão na contramão do que poderíamos entender como um projeto de sociedade menos desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da nossa reflexão, nos propusemos a uma análise da dinâmica recente de desenvolvimento da indústria brasileira, considerando os debates sobre a desindustrialização e a reprimarização de nossa economia a partir de uma perspectiva transescalar. Assim, mesmo que não nos delongando em um debate teórico especificamente voltado para o conceito de escala, partimos da importante contribuição de Smith (1988a, 1988b, 2000, 2002) sobre o tema como forma de nos colocarmos frente ao debate. Nesse sentido, defendemos a necessidade de considerar o processo de reestruturação produtiva do desenvolvimento capitalista, tendo como suporte uma leitura que leva em conta o Brasil enquanto particularidade do capitalismo global. Acreditamos que não é possível analisar os processos aqui debatidos apenas considerando a escala nacional, assim como avaliamos que não seja possível lidar com a questão achando que não existam particularidades no Brasil para um processo que se realiza em escala internacional.

Não obstante, o texto apresenta alguns limites que, em nossa compreensão, devem ser supridos com mais análises. Além do aprofundamento das escalas aqui consideradas, estamos nos referindo a outras que não foram objeto de nossa investigação pelas dimensões próprias do escrito. Isso, contudo, não desabona as importantes reflexões que já temos, especialmente em relação à escala urbana (Padua, 2010; Lencioni, 2015) e à escala regional (Lamoso, 2013, 2020; Vasconcelos, 2017; Monteiro; Lima, 2017). A leitura transescalar do processo de reestruturação produtiva, considerando ou não a desindustrialização, pode nos ajudar numa real interpretação da geografia econômica do século XXI.

Por fim, reafirmamos nossa perspectiva de que o processo de desindustrialização no Brasil se realiza como parte da totalidade que é a reestruturação produtiva do capitalismo em escala global. Sendo um processo eminentemente multidimensional e multifacetado, podemos identificar suas aparências de diversas formas, que podem ir do fechamento definitivo de uma unidade fabril, como no caso da Ford em Camaçari, ao fechamento de um setor de contabilidade de uma média empresa na Avenida Faria Lima em São Paulo, que agora optará pela terceirização do serviço em condições que lhe garantam redução de custos e, logo, mais competitividade. Da escala do corpo da pessoa desempregada após décadas de exploração do trabalho em uma montadora na Bahia à escala da cadeia global de valor que redefine os rumos dos seus investimentos para um mundo pós-pandêmico, o desenvolvimento das relações capitalistas segue seu curso, ora como destruição criativa, ora como criação destruidora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Formas de Reestruturação Produtiva. *In*: ALVES, Giovanni. *Dimensão da reestruturação produtiva:* ensaios da sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A precarização do trabalho como regra. *In*: ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão:* o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 157-172.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. *Texto para Discussão* nº 7, mar. 2010, Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getulio Vargas.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu; MATOS, Silvia. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. *In*: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). *O futuro da indústria no Brasil:* desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. *Revista de Economia Política,* v. 36, n. 3, p. 493-513, jul.-set. 2016.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. Desempenho da indústria no mundo. Ano 4, nº 1, ago. 2020. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/50/ec/50ec5231-c68b-4ee8-95c9-8be2ce71323a/desepenho_da_industria_no_mundo_agosto2020.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

COLOMBO, Arthur Osvaldo; FELIPE, Ednilson Silva; SAMPAIO, Daniel Pereira. A desindustrialização no Brasil: um processo, várias vertentes. *Revista de Economia da UEG*, v. 16, nº 1, p. 81-106, jan.-jun. 2020a.

COLOMBO, Arthur Osvaldo; FELIPE, Ednilson Silva; SAMPAIO, Daniel Pereira. Desindustrialização no Brasil: uma análise empírica do processo em diferentes formatos. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 83-112, jul./dez. 2020b.

ESPÓSITO, Maurício. Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 46, p. 120-146, jan./abr. 2017a.

ESPÓSITO, Maurício. Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional. *Revista Econômica*, Niterói, v. 19, n. 1, p. 131-158, jun. 2017b.

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Perda de participação da indústria de transformação no PIB. Maio 2015. Disponível em: https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=191508. Acesso em: 10 jul. 2022.

FORD anuncia fim da produção de veículos no Brasil e fechará três fábricas em 2021. *Brasil de Fato*, São Paulo, 11 de jan. de 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/01/11/ford-anuncia-fim-da-producao-de-veiculos-no-brasil-e-fechara-tres-fabricas-em-2021. Acesso em: 3 set. 2022.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. A indústria de transformação no Brasil: o debate da desindustrialização e os desafios da indústria 4.0. **Entre-lugar**, v. 11, n. 22, p. 139-168, 2020.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. *O neoliberalismo:* história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de Contas Nacionais:* Brasil 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Indústria, desindustrialização e território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 3, nº 3, p. 408-429, 2013.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Reprimarização no território brasileiro. *Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica*, v. 9, n. 19, 2020.

LEMOS, Amanda. Sony vai fechar fábrica em Manaus em 2021 e deixará de vender eletrônicos no Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/sony-vai-fechar-fabrica-em-manaus-em-2021-e-deixara-de-vender-eletronicos-no-brasil.shtml. Acesso em: 4 set. 2022.

LENCIONI, Sandra. Estado de São Paulo: lugar de concentração da inovação e da intensidade tecnológica da indústria brasileira. *In*: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *O novo mapa da indústria*

no início do século XXI: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LENIN, Vladimir. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

MAIA, Bento Antunes de Andrade. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 2, p. 549-579, maio/ago. 2020.

MARQUES, Leônidas de Santana. O caráter neoliberal do Estado na política brasileira de desenvolvimento territorial. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 54, p. 610-629, jul-set 2018.

MARQUES, Leônidas de Santana. Contribuições de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Florestan Fernandes para pensarmos o desenvolvimento capitalista no século XXI. *PerCursos*, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 272-300, 2020.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio:* contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MERCEDES-BENZ encerra produção de automóveis no Brasil. *G1*, Rio de Janeiro, 17 dez. de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/17/mercedes-benz-encerra-producao-de-automoveis-no-brasil.ghtml. Acesso em: 4 jul. 2022.

MONTEIRO, Fagner Diego Spíndola Correia; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Desindustrialização regional no Brasil. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 247-293, 2017.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

PADUA, Rafael Faleiros de. A valorização de espaços de desindustrialização na metrópole: a produção do espaço como produção da segregação. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 28, p. 105-124, 2010.

PALMA, José Gabriel. De-industrialisation, "premature" de-industrialisation and the dutch-disease. *Revista NECAT – Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, v. 3, n. 5, p. 7-23, jan./jun. 2014.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da Geografia. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 39, p. 1-20, jul. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SALASAR, William. Bye, bye, Brasil: cimenteira LafargeHolcim segue exemplo da Ford. *CartaCapital*, São Paulo, 22 abr. 2021. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/economia/bye-bye-brasil-cimenteira-lafargeholcim-segue-exemplo-da-ford/. Acesso em: 1º jun. 2022.

SAMPAIO, Daniel Pereira. *Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil*. 2015. 234f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2015.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Desindustrialização e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil: breves notas. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, nº 17, p. 29-34, jul./dez. 2017.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Economia brasileira no início do século XXI: desaceleração, crise e desindustrialização (2000-2017). *Semestre Económico*, v. 22, nº 50, p. 107-128, jan./mar. 2019.

SAMPAIO, Daniel Pereira; MACEDO, Fernando Cezar de. Desindustrialização e impactos regionais no Brasil: uma análise preliminar. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, nº 184, p. 48-57, jul./set. 2014.

SELWYN, Benjamin; LEYDEN, Dara. Oligopoly-driven development: the World Bank's trading for development in the age of global value chains in perspective. *Competition & Change*, mar. 2021.

SILVA, Cristovão Henrique Ribeiro da. Grande demais para quebrar? Uma nota geoeconômica sobre a desindustrialização brasileira. *Revista da Anpege*, v. 15, nº 28, p. 7-28, set./dez. 2019.

SMITH, Neil. The region is dead! Long live the region! *Political Geography Quarterly*, v. 7, n. 2, p. 141-152, abr. 1988a.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual:* natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988b.

SMITH, Neil. The satanic geographies of globalization: uneven development in the 1990s. *Public Culture*, v. 10, n. 1, p. 169-189, 1997.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem teto e produção da escala geográfica. *In*: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-175.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, nº 19, p. 127-146, jul./dez. 2002.

SOUZA, Ludmilla. Caoa anuncia fechamento da fábrica e demissão de 480 trabalhadores. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 6 maio 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/caoa-anuncia-fechamento-da-fabrica-e-demissao-de-480-trabalhadores. Acesso em: 21 ago. 2022.

STRAUSS, Daniel. O problema da dependência econômica e a desindustrialização no Brasil a partir do Neoliberalismo. *Espacio Abierto*, v. 27, nº 3, p. 145-164, jul./set. 2018.

TREGENNA, Fiona. Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, p. 433-466, 2009.

TREGENNA, Fiona. *Deindustrialisation, structural change and sustainable economic growth*. Viena: Unido, 2015. (Inclusive and Sustainable Industrial Development Working Paper Series).

TUNES, Regina Helena. A perspectiva da Geografia Econômica sobre a dinâmica industrial do Rio de Janeiro. *GeoUECE,* v. 9, nº 16, p. 81-96, 2020.

VASCONCELOS, Helma Monteiro Viana. *Desindustrialização no Brasil e aspectos regionais:* uma análise com enfoque no Nordeste. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SOBRE O AUTOR

LEÔNIDAS DE SANTANA MARQUES – Professor Adjunto na Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio na School of Global Studies da University of Sussex (Reino Unido). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Foi coordenador de área do PIBID Pedagogia (2014) e coordenador de gestão do PIBID/Campus do Sertão (2014-2018). Foi coordenador do curso de Pós-graduação lato sensu em Educação no Semiárido (2016-2018). É pesquisador dos Grupos GEPAR (Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional), GCEG (Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia) e NUAGRARIO (Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais) da UFAL, GPECT (Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais) da UFS e do Laboratório de Estudos Regionais em Geografia da Universidade de São Paulo (LERGEO/USP). É professor bolsista no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – Geografia (CLIND/UNEAL). É membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Aracaju. Tem trabalhado principalmente com: educação do campo; metodologia do ensino de geografia; formação docente; teorias do desenvolvimento; Estado e políticas públicas.

E-mail: leonidas.marques@delmiro.ufal.br